

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA -
FACE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDUARDO ROCHA PERES

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: EVIDÊNCIAS DO CENTRO-OESTE A PARTIR DO
CENSO AGROPECUÁRIO.

DOURADOS/MS
2025

EDUARDO ROCHA PERES

**BALANÇO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: EVIDÊNCIAS DO CENTRO-OESTE A PARTIR DO
CENSO AGROPECUÁRIO.**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Prof^ª Dr^ª Gabriela Borges Silveira

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Coradini Ribeiro

Prof^ª Dr^ª Cristiane Mallmann Huppes

DOURADOS/MS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P437b Peres, Eduardo Rocha

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: EVIDÊNCIAS DO CENTRO-OESTE A PARTIR DO CENSO
AGROPECUÁRIO. [recurso eletrônico] / Eduardo Rocha Peres. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Gabriela Borges Silveira.

TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Balanço socioambiental. 2. Práticas de Sustentabilidade. 3. Agricultura Familiar.. I. Silveira,
Gabriela Borges. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO II
SEMESTRE LETIVO 2025.2

**"BALANÇO SOCIOAMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR: EVIDÊNCIAS DO CENTRO-OESTE A PARTIR DO
CENSO AGROPECUÁRIO**

Eduardo Rocha Peres

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Gabriela Borges Silveira
Dra. Gabriela Borges Silveira
Professora Adjunta da FACE/UGD
Matrícula 1090398
Profa. Dra. Gabriela Borges Silveira
(Orientadora)

Cristiane Mallmann Huppes
Profª. Drª. Cristiane Mallmann Huppes
(Avaliadora 1)

Alexandre C. Ribeiro
Prof. Dr. Alexandre Coradini Ribeiro
(Avaliador 2)

DOURADOS-MS, 11 de dezembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos irão para minha família e amigos, a quem eu recebo todo apoio por tudo desde o início da faculdade, e que me ajudaram em cada etapa da faculdade e estiveram comigo nos bons e piores momentos que eu tive nesse período acadêmico, mas principalmente dedico as minhas conquistas aos meus pais minha mãe Juliana Benites Rocha e meu pai Ramão Bogarim Peres que sempre estiveram comigo me apoiando e me ajudando.

Minha irmã Jussara que sempre me ajudou, cuidou e me incentivou que foi meu porto seguro em diversos momentos frágeis que tive e me influenciou para estudar ciências contábeis e me incentiva a sempre ir muito mais além que isso.

E agradeço muito aos professores que conheci e tenho a maior admiração e respeito, professores incríveis que sempre nos apoiam e nos incentivaram.

Meus colegas de curso que eu tive a honra de conhecer e dividir aulas, experiências risos e momentos em que nos deparamos com momentos icônicos o qual a vimos graça e que vão ficar sempre na nossa memória e que um dia vamos rir disso.

Minha Orientadora Prof.^a Dr.^a Gabriela Borges Silveira que me ajudou, com muita paciência, calma e vontade e me mostrou que eu posso sim concluir um curso com meu esforço e dedicação e atenção, graças a ela eu posso dizer que eu consegui.

E por fim quero agradecer todos que me ajudaram de forma direta e indireta para a conclusão desse projeto, que Deus possa abençoá-los com muitas graças e saúde.

Resumo:

O presente trabalho teve como objetivo geral elaborar um balanço socioambiental da agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil. Construído a partir de indicadores não monetários extraídos do Censo Agropecuário do IBGE, o estudo visou identificar práticas agrícolas sustentáveis, uso de insumos, tecnologias e condições de infraestrutura disponíveis aos produtores. A metodologia utilizada foi de ordem descritiva, qualitativa e quantitativa, sucedida mediante análise documental de dados secundários dos relatórios do IBGE do último Censo Agropecuário (2017). Os dados foram organizados em um modelo de demonstração de balanço socioambiental adaptado, estruturado em eixos temáticos como Práticas Sustentáveis, Uso de Insumos e Infraestrutura. Os resultados obtidos permitiram traçar um panorama das práticas de sustentabilidade na região, evidenciando tanto avanços quanto desafios significativos, com destaque para a baixa adoção de práticas conservacionistas, como a adubação verde, utilizada por apenas 10,58% dos estabelecimentos de agricultura familiar na região em 2017. A principal contribuição deste estudo residiu na utilização de dados secundários do IBGE para quantificar e espacializar a adoção de práticas sustentáveis em nível regional, fornecendo subsídios concretos para a formulação de estratégias de desenvolvimento rural, embora a pesquisa se limitasse aos indicadores disponíveis no Censo 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço socioambiental; Práticas de Sustentabilidade; Agricultura Familiar.

Abstract:

The present study aimed to develop a socio-environmental balance of family farming in the Central-West region of Brazil. Built from non-monetary indicators extracted from the Brazilian Agricultural Census conducted by the IBGE, the research sought to identify sustainable agricultural practices, the use of inputs, technologies, and the infrastructure conditions available to producers. The methodology employed was descriptive, qualitative, and quantitative, based on documentary analysis of secondary data from the IBGE reports of the most recent Agricultural Census (2017). The data were organized into an adapted socio-environmental balance statement model, structured around thematic axes such as Sustainable Practices, Use of Inputs, and Infrastructure. The results provided an overview of sustainability practices in the region, revealing both advancements and significant challenges, particularly the low adoption of conservation practices such as green manure, which was used by only 10.58% of family farming establishments in the region in 2017. The main contribution of this study lies in the use of IBGE secondary data to quantify and map the adoption of sustainable practices at the regional level, offering concrete support for the formulation of rural development strategies, although the research was limited to the indicators available in the 2017 Census.

Keywords: Socio-environmental balance; Sustainability practices; Family farming.

LISTAS DE TABELAS:

Tabela 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem rotação de culturas por estado da região Centro-Oeste.....	20
Tabela 2 – Estabelecimentos da agricultura familiar com práticas de recuperação ambiental (mata ciliar e APP) por estado da região Centro-Oeste.....	21
Tabela 3 – Estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam adubação verde por estado da região Centro-Oeste.....	21
Tabela 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam adubação química por estado da região Centro-Oeste.....	22
Tabela 5 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem o uso do calcário por estado da região Centro-Oeste.....	22
Tabela 6 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem o uso de agrotóxico por estado da região Centro-Oeste.....	23
Tabela 7 – Estabelecimentos da agricultura familiar que contam com a Energia Elétrica por estado da região Centro-Oeste.....	23
Tabela 8 – Estabelecimentos da agricultura familiar com acesso à internet por estado da região Centro-Oeste.....	24
Tabela 9 – Estabelecimentos da agricultura familiar com tratores e maquinários por estado da região Centro-Oeste.....	24
Tabela 10 – Estabelecimentos da agricultura familiar que recebem assistência técnica por estado da região Centro-Oeste.....	25
Tabela 11 - Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor em estabelecimentos da agricultura familiar na região Centro-Oeste.....	25
Tabela 12 - Estabelecimentos com Mulheres como responsável da agricultura familiar na região Centro-Oeste.....	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Contabilidade Socioambiental e Mensuração da Sustentabilidade na Agricultura Familiar.....	12
2.2 Balanço Socioambiental.....	15
3 METODOLOGIA.....	17
4 RESULTADOS.....	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento local e regional do Brasil, promovendo a fixação do homem no campo por meio da geração de empregos e renda, frequentemente oriundos da diversificação produtiva em pequenas propriedades rurais (MAIA; SAKAMOTO; PAGLIUCA, 2013; SARMENTO; VOLOCHKO; RAMOS, 2021). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 77% dos empreendimentos rurais brasileiros são associados à agricultura familiar, ocupando 81 milhões de hectares, o que corresponde a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários nacionais de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2019).

Além disso, essa forma de organização rural contribui significativamente para o abastecimento do mercado consumidor urbano e regional, encurtando cadeias produtivas por meio de feiras, lojas especializadas, programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, e canais convencionais, como supermercados e frutarias (Schneider et al., 2016). A diversificação produtiva, característica desse modelo, também favorece a biodiversidade no espaço rural, com destaque para práticas agroecológicas que promovem dietas mais saudáveis e benefícios ambientais (Triches, 2020). Esses aspectos estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que buscam conciliar desenvolvimento econômico, social e ambiental no espaço rural (UNDP, 2021).

Finalmente, é importante notar que ela é reconhecida como o pilar da segurança alimentar e da sustentabilidade econômica de muitas civilizações rurais. Tem como uma caracterização pela produção de alimentos de origem agrícola por indivíduos que compartilham laços sanguíneos ou matrimoniais sendo uma ferramenta de mão de obra familiar. A contabilidade, como ciência social, tem sido influenciada por diversos fatores contextuais, políticas e econômicas. (Aquino et al., 2020; Faroni et al., 2010).

No Brasil, essa ciência evoluiu de uma ferramenta meramente tributária para se tornar uma aliada da gestão empresarial, fornecendo informações estratégicas em diversos âmbitos. Paralelamente, a diversificação produtiva da agricultura familiar é crucial para a manutenção da biodiversidade rural e para a promoção de sistemas sustentáveis. Práticas como a agroecologia e o manejo integrado de solos (Triches, 2020) ganham espaço, buscando minimizar impactos e oferecer alimentos mais saudáveis, alinhando-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à erradicação da pobreza, segurança

alimentar, ação climática e preservação dos ecossistemas (UNDP, 2021). No entanto, para ampliar esse impacto positivo, os agricultores familiares enfrentam desafios importantes, incluindo a falta de infraestrutura, o acesso limitado a tecnologias e as dificuldades na comercialização.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A agricultura familiar nessas localidades enfrenta desafios complexos, inserida em um contexto de expansão do agronegócio e pressões sobre biomas importantes como o Cerrado.

A carência de infraestrutura adequada e a necessidade de adoção de práticas socioambientais sustentáveis são fatores críticos que influenciam diretamente a viabilidade e a resiliência desse sistema produtivo. Essa situação levanta a questão central que orienta esta pesquisa:

Quais são as principais práticas socioambientais e as condições de infraestrutura que caracterizam a agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral elaborar um balanço socioambiental da agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil, construído a partir de indicadores não monetários extraídos do Censo Agropecuário do IBGE, de modo a identificar práticas agrícolas sustentáveis, uso de insumos, tecnologias e condições de infraestrutura disponíveis aos produtores.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis entre os agricultores familiares da região Centro-Oeste, com foco na rotação de culturas, recuperação de áreas degradadas e outras ações de preservação ambiental.
- b) Identificar o uso de insumos agrícolas, como adubos, calcário e defensivos químicos, descrevendo possíveis impactos socioambientais decorrentes dessas práticas no contexto da agricultura familiar.
- c) Verificar a infraestrutura e o acesso a tecnologias disponíveis para os agricultores familiares da região.

1.3 JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil enfrenta desafios significativos para consolidar práticas sustentáveis que promovam o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental. Entre esses desafios, destacam-se a falta de infraestrutura adequada, o acesso limitado a tecnologias modernas, as dificuldades na comercialização de produtos em cadeias curtas e a heterogeneidade dos produtores, que varia em termos de tamanho da propriedade, capacidade financeira e integração com o mercado. Essas barreiras dificultam a adoção de práticas agroecológicas e conservacionistas, como rotação de culturas e recuperação de mata ciliar, comprometendo a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, apesar do potencial da agricultura familiar para contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e utilizando dados do IBGE como um dos últimos censo agropecuário que tem seu ano de 2017 para fazer o balanço socioambiental. (Santos; Lima, 2022).

Esta relevância indicada refere-se ao presente estudo, que se alinha e colabora com as contribuições de Lima (2003), ao oferecer subsídios para as políticas públicas que promovam maior acesso a infraestrutura incentivem práticas sustentáveis e fortaleçam e resiliência econômica e ambiental na agricultura familiar, em harmonia com os ODS, e assim, contribuam para um sistema alimentar mais justo e equilibrado.

A originalidade do trabalho destaca-se pelo uso de dados atualizados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE para a região, permitindo uma análise comparativa detalhada da adoção de práticas sustentáveis em função da heterogeneidade dos produtores rurais, preenchendo uma lacuna analítica.

As contribuições práticas e sociais são evidentes, pois o estudo oferece subsídios para políticas públicas que promovam maior acesso à infraestrutura e fortaleçam a resiliência econômica e ambiental na agricultura familiar, contribuindo para um sistema alimentar mais justo. Teoricamente, a pesquisa dialoga e colabora com as contribuições de Lima (2003), utilizando uma base de dados empírica robusta para expandir e validar seu arcabouço conceitual no contexto específico de adoção de práticas sustentáveis no Centro-Oeste brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Socioambiental e Mensuração da Sustentabilidade na Agricultura Familiar

A agricultura familiar é caracterizada pela integração entre terra, trabalho e gestão familiar, funcionando como unidade de produção e consumo, além de reprodução social (Schneider, 2003; Pereira & Bazotti, 2010). Sua heterogeneidade reflete fatores como tamanho da propriedade, grau de mecanização, capacidade financeira e relação com o mercado (Mendes, 2005). No Brasil, o conceito ganhou força nas décadas de 1980 e 1990, impulsionado pela crise agrária, êxodo rural e modernização tecnológica, que estimularam movimentos sociais e políticas públicas, como o PRONAF (1996) e a Lei 11.326/2006 (Brasil, 1996; Brasil, 2006).

Esse tipo de produção busca equilibrar a produção de alimentos com a preservação ambiental, promovendo desenvolvimento social e econômico. Suas características incluem a diversidade de cultivos, incentivo à biodiversidade e à saúde do solo. Práticas agroecológicas utilizadas são a rotação de culturas, compostagem e controle biológico de pragas. Uso responsável de recursos, como conservação de água, solo e biodiversidade, valorização do conhecimento local e resgate de práticas tradicionais são também destacados. Comercialização justa prioriza feiras, cooperativas e mercados agroecológicos, garantindo alimentação segura. Produtores aliados saúdam essa relação com a comunidade, fortalecendo laços sociais e cooperação (FINAPOP, 2023). Essas práticas reduzem a pobreza rural, protegem o meio ambiente e promovem a saúde, contribuindo para um sistema alimentar mais justo e sustentável (Jacobi, 2005; Lima, 2008).

Mais especificamente, a abordagem sustentável refere-se a um modelo de produção agrícola que combina a gestão e o trabalho familiar com práticas que promovem o equilíbrio entre a produção de alimentos, a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Esse sistema é caracterizado pelo uso de técnicas agroecológicas, como rotação de culturas, compostagem, controle biológico de pragas e adubação orgânica, além da valorização do conhecimento tradicional dos agricultores. A agricultura familiar sustentável prioriza a comercialização em cadeias curtas, como feiras livres e cooperativas, garantindo preços justos e fortalecendo a economia local. Por meio da diversificação produtiva, contribui para a conservação da biodiversidade, a segurança alimentar e a redução da pobreza rural, alinhando-se aos ODS ao assegurar a continuidade produtiva sem comprometer os recursos naturais para as gerações futuras (Triches, 2020).

No contexto da agricultura familiar, a contabilidade socioambiental auxilia na mensuração de impactos ambientais e sociais, fornecendo informações úteis ao processo de tomada de decisão (Bergamini Junior, 2000; Costa & Marion, 2007; Souza & Costa, 2012). A pesquisa acadêmica tem evoluído para integrar informações não financeiras, refletindo mudanças patrimoniais com impacto ambiental e social (Kroetz, 2000). Considerando seu potencial informativo, a contabilidade socioambiental objetiva solucionar problemas decorrentes da relação entre a atividade produtiva, o meio ambiente e a sociedade (Faroni et al., 2010). Investigações empíricas, como a realizada por Aquino, Gazolla e Schneider (2016) no Sul do Brasil, demonstram que a adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar está diretamente ligada a fatores como acesso a políticas públicas e a redes de cooperação. Os autores concluíram que a mensuração da sustentabilidade nesse contexto não pode se limitar a indicadores econômicos, exigindo um sistema de avaliação multidimensional.

Quanto à relação entre empresa, meio ambiente e sociedade, a sustentabilidade implica práticas produtivas contínuas que não esgotem recursos finitos, garantindo sua disponibilidade para futuras gerações (Lima, 2008). A Constituição Brasileira (1988) reforça o direito a um meio ambiente equilibrado, com dever de preservação compartilhada entre poder público e sociedade (Brasil, 1988). A Convenção sobre a Biodiversidade (1993) define uso sustentável como a utilização de recursos sem comprometer a diversidade biológica a longo prazo (Brasil, 1994).

O conceito de sustentabilidade, segundo John Elkington, Vallani e Ribeiro (2009), pode ser compreendido no contexto dos negócios a partir de três dimensões: econômica, social e ecológica/ambiental, internacionalmente conhecidas como *Triple Bottom Line* (TBL). Esse conceito destaca a necessidade de as empresas considerarem essas três dimensões em suas decisões estratégicas. Pesquisas que aplicam o TBL ou frameworks similares na agricultura familiar buscam adaptar esses pilares. Um estudo de caso em uma cooperativa agroecológica (Laricchia, Addor e Oliveira Filho, 2015) indicou que, embora a adoção de sistemas sustentáveis seja viável, o principal achado foi a necessidade de uma gestão participativa e *transparente* para garantir que os benefícios ambientais e sociais se traduzam em resultados econômicos sólidos, superando os desafios da informalidade contábil no campo.

A sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental são dois conceitos diretamente relacionados às necessidades de conter a escassez e a depleção dos recursos naturais de elevado grau estratégico nas esferas públicas e privadas. Quando se compromete a sustentação dos mecanismos que mantêm os sistemas que constituem a vida, a saúde e bem-estar humano são

afetados. O crescimento econômico irrefutavelmente produz alguma forma de degradação do meio ambiente e da perda física de seus estoques naturais em um sistema finito (Georgescu-Roegen, 1993; Cavalcante, 2010; May, 2019).

Pesquisas como as de Laricchia, Addor e Oliveira Filho (2015), que realizaram um estudo de viabilidade em uma cooperativa agroecológica, indicam que a adoção de sistemas sustentáveis pode ser viável. O principal achado do estudo foi a necessidade de uma gestão participativa eficiente para garantir que os benefícios ambientais e sociais se traduzam em resultados econômicos sólidos, superando os desafios da informalidade contábil no campo.

A sustentabilidade se tornou um desafio civilizatório, uma vez que o sistema econômico possui uma relação de dependência com recursos naturais. Simplificando a explicação, o capital natural em forma de matéria prima é extraído do sistema ecológico e transformado para o consumo como se fosse ilimitado (May, 2019). Nesse ponto, práticas de sustentabilidade na agricultura familiar, que promovem o uso de menos agro defensivo e uso responsável da terra, contribuem para a saúde pública e a preservação ambiental, enfrentando desafios como a demanda por alimentos saudáveis e a falta de infraestrutura (Jacobi, 2005).

De acordo com Pires (2024), que fala sobre a Dinâmica das Estruturas da Agricultura Familiar na Região Centro Oeste, essa região é um exemplo específico do processo de modernização conservadora. Nesse caso, o período de transformação impactou significativamente a atualização das estruturas produtivas, mas sem promover grandes mudanças na organização fundiária.

A partir das definições de agricultura familiar e dos conceitos de sustentabilidade e contabilidade socioambiental apresentados, observa-se que a mensuração dos impactos nesse setor é um campo de pesquisa ativo, que busca adaptar ferramentas concebidas para grandes empresas a realidades rurais específicas.

A próxima subseção (2.2, Balanço Socioambiental) aprofundará as ferramentas contábeis disponíveis e como elas podem ser ajustadas para evidenciar as externalidades positivas geradas pelas práticas sustentáveis na produção familiar, estabelecendo a ponte entre a teoria da responsabilidade social e as necessidades práticas de mensuração no campo.

2.2 Balanço Socioambiental

O Balanço socioambiental (ou Relatório de Sustentabilidade) foi concebido para atender às exigências crescentes de transparência e para integrar as operações econômicas com as responsabilidades sociais e ambientais das organizações. Administradores utilizam esses documentos contábeis para comunicar à sociedade o desempenho integral da organização. Segundo Navarro e Muller (2010), o Balanço Social é uma ferramenta valiosa na comunicação corporativa, pois permite que os interessados acessem informações que vão além dos aspectos estritamente financeiros, como aquelas relacionadas ao desempenho ambiental e/ou social.

Originalmente chamado de Relatório Social, tratava-se de um documento que compilava dados sobre o desempenho social corporativo. Contudo, frente às exigências da sociedade por uma conduta ética renovada, as empresas começaram a relatar suas iniciativas para aprimorar sua reputação, enfatizando questões ambientais junto a clientes e investidores. A sociedade, cada vez mais consciente de seus direitos, passou a demandar a preservação de uma existência saudável e a cobrar o uso consciente dos recursos compartilhados (Ribeiro, 2006). Assim, surgiu a necessidade de dar maior importância ao meio ambiente, com foco na responsabilidade pelo uso dos recursos naturais nas operações econômicas (Tinoco, 2011).

A estrutura do Balanço Social, em modelos como o proposto pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), geralmente apresenta informações de dois exercícios anuais em uma tabela clara e objetiva. Seus principais indicadores incluem a Base de Cálculo (faturamento líquido, lucro operacional e folha de pagamento total), Indicadores Sociais Internos, Externos e Ambientais, que servem como referência percentual para avaliar o impacto dos investimentos e possibilitar comparações (IBASE, 2014).

No Brasil, a publicação do Balanço Social não é obrigatória, mas trata-se de um documento que evidencia a política interna voltada para o bem-estar dos colaboradores, as ações da empresa em relação à preservação ambiental e o impacto de suas contribuições para a comunidade. Emerge, nesse contexto, uma nova perspectiva na Ciência Contábil, conhecida como Contabilidade Social (ou Contabilidade Socioambiental), que se concentra em temas como questões sociais, ecológicas, ambientais, segurança no trabalho e benefícios humanitários. Essa abordagem sugere métodos para evidenciar as ações das organizações na busca constante por maximizar o bem-estar, com ênfase na responsabilidade social.

Esses estudos demonstram que, embora a publicação de um "balanço" formal não seja a norma na agricultura familiar, a academia busca ativamente ferramentas contábeis e gerenciais

para evidenciar as externalidades positivas (e negativas) dessas atividades. O Relatório socioambiental, nesse sentido, é visto como uma ferramenta que permite detalhar e reforçar o compromisso da entidade rural com as pessoas e a sustentabilidade do planeta (Ribeiro; Lisboa, 1999).

De acordo com Ribeiro e Lisboa (1999), o Balanço Socioambiental abrange três dimensões principais: Recursos Humanos, Aspectos Ambientais e Valor Adicionado, que podem ser analisados de forma isolada ou integrada. Em uma visão mais ampla, o relatório evidencia as relações da empresa com os elementos que a influenciam ou sustentam, como o meio ambiente, a comunidade local, a economia regional e os colaboradores, destacando o impacto e o envolvimento da organização com esses fatores.

Em outras palavras, o Balanço Socioambiental revela os principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental de uma empresa, funcionando como uma ferramenta de transparência sobre as atividades econômicas realizadas pelas entidades. Pode ser visto como um meio de promover o diálogo com todos os públicos com os quais as entidades se relacionam (Sá, 1999).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para pesquisa é de ordem descritiva, qualitativa e quantitativa, sucedida mediante a uma análise documental, contendo dados secundários dos relatórios do IBGE do último Censo Agropecuário e da SIDRA que significa Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Os dados foram organizados e analisados de forma descritiva e comparativa, buscando identificar padrões na adoção de práticas sustentáveis nos estados do Centro-Oeste do Brasil. O estudo se concentra nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, utilizando os dados disponibilizados pelo IBGE, em seu site, no ano de 2017.

Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, visa coletar informações detalhadas sobre os estabelecimentos agropecuários, incluindo características do produtor, das unidades produtivas, aspectos econômicos e de emprego no meio rural. Na região Centro-Oeste, como em outras regiões do Brasil, a seleção dos indicadores leva em consideração aspectos como a importância econômica da agricultura, a diversidade de culturas e sistemas de produção, e a necessidade de dados para o desenvolvimento de políticas públicas.

Os dados coletados foram estruturados em indicadores em um modelo de demonstração de balanço socioambiental adaptado para o relato de indicadores não monetários. Trata-se, portanto, de um modelo alternativo de evidenciação socioambiental, não restrito a valores monetários, mas que busca oferecer uma visão integrada da contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável na região Centro-Oeste do Brasil, em consonância com os ODS.

A estrutura está organizada em dois grandes blocos: Indicadores Ambientais e Indicadores Sociais, seguindo a lógica do relato de um Balanço, mas adaptada ao contexto da agricultura familiar. Os indicadores foram escolhidos com base em três eixos principais, extraídos no Censo Agropecuário (IBGE, 2017), como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores e Eixos temáticos

Eixo Temático	Indicadores
Práticas Sustentáveis	Rotação de culturas, recuperação ambiental, práticas agroecológicas
Uso de Insumos	Adubação, calcário, agrotóxicos
Infraestrutura e Tecnologia	Energia elétrica, estradas, máquinas agrícolas, assistência técnica, uso de internet

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário do IBGE 2017 (2025).

Os indicadores foram construídos a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), considerando exclusivamente os estabelecimentos classificados como de AF. A unidade de medida adotada é percentual (%), de modo a permitir a comparabilidade entre diferentes estados e a mensuração relativa da adoção de práticas e condições estruturais. O Quadro 2 apresenta a forma de mensuração dos indicadores socioambientais da agricultura familiar.

Quadro 2 – Indicadores Socioambientais da Agricultura Familiar

Bloco	Indicador	Unidade de Medida	Mensuração
1. Práticas Agroecológicas e Conservacionistas	Estabelecimentos que fazem rotação de culturas	%	nº de estabelecimentos AF que fazem a rotação/total de estabelecimentos AF
	Estabelecimentos com práticas de recuperação ambiental (mata ciliar, APP)	%	Area total (ha) em recuperação ambiental = soma das áreas de APP, mata ciliar, reserva legal recuperadas
	Uso de adubação verde	%	nº de estabelecimentos AF que fazem a adubação verde/total de estabelecimentos AF
2. Uso de Insumos Agrícolas	Uso de adubação química	%	nº de estabelecimentos AF que fazem a adubação química/total de estabelecimentos AF
	Uso de calcário	%	nº de estabelecimentos AF que fazem o uso de calcário/total de estabelecimentos AF
	Uso de agrotóxicos	%	nº de estabelecimentos AF que fazem o uso de agrotóxico/total de estabelecimentos AF
3. Infraestrutura e Tecnologia Rural	Acesso à energia elétrica	%	nº de estabelecimentos AF com energia elétrica/total de estabelecimentos AF
	Acesso à internet	%	nº de estabelecimentos AF com acesso internet/total de estabelecimentos AF
	Estabelecimentos com tratores e maquinário	%	nº de estabelecimentos AF com tratores e maquinários/total de estabelecimentos AF
	Recebem assistência técnica	%	nº de estabelecimentos AF com assistência técnica/total de estabelecimentos AF
4. Aspectos Sociais Complementares (opcional)	Mão de obra familiar como principal	%	número de unidades que são formados por familiares/total de estabelecimentos AF
	Número de mulheres responsáveis pelo estabelecimento	UN	Número de AF com mulheres responsáveis pelo estabelecimento/total de estabelecimentos AF

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Agropecuário do IBGE 2017 (2025).

Os dados para o cálculo dos indicadores foram extraídos diretamente do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), na seção relativa ao Censo Agropecuário 2017 – Indicadores, filtrando para agricultura familiar na Região Centro-Oeste ou seus estados componentes. As tabelas referentes a práticas agroecológicas, infraestrutura, insumos agrícolas

e aspectos sociais foram utilizadas como base para os percentuais apresentados. Para cada indicador, foram realizadas operações de proporção em relação ao total de estabelecimentos familiares, conforme demonstrado na metodologia. De forma geral, o cálculo segue a lógica demonstrada na Equação 1.

$$\text{Indicador} = \frac{\text{Número de estabelecimentos (ou área) com a característica analisada}}{\text{Total de estabelecimentos de Agricultura Familiar}} \times 100$$

Equação 1

Dessa forma, cada indicador expressa não valores absolutos, mas a intensidade relativa da ocorrência de determinada prática, recurso ou condição social no contexto da agricultura familiar da região Centro-Oeste, permitindo a comparação entre diferentes dimensões socioambientais.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os dados referentes às práticas socioambientais adotadas pela agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil, com base em informações do Censo Agropecuário do IBGE. Os resultados foram organizados a partir de indicadores não monetários que permitem compreender o grau de sustentabilidade das atividades agrícolas, considerando práticas de manejo do solo, uso de insumos, tecnologias produtivas e condições de infraestrutura disponíveis aos estabelecimentos familiares.

Inicialmente, destacam-se as Práticas Agroecológicas e Conservacionistas, as quais têm papel fundamental na preservação dos recursos naturais, na manutenção da fertilidade do solo e na redução de impactos ambientais. Entre essas práticas, a rotação de culturas é uma estratégia amplamente recomendada por órgãos técnicos e ambientais, pois contribui para o controle de pragas e doenças, melhora a estrutura do solo e promove maior equilíbrio ecológico nos sistemas produtivos. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que demonstra a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que realizam rotação de culturas nos estados da região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem rotação de culturas por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Número de Estabelecimentos	Porcentagem em relação ao total do Centro-Oeste
Goiás	36.634	51,97%
Mato Grosso	22.029	31,25%
Mato Grosso do Sul	11.236	15,94%
Distrito Federal	596	0,84%
Total	70.495	100%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A Tabela 1 apresenta dados sobre os estabelecimentos da agricultura familiar que realizam rotação de culturas na região Centro-Oeste, com base no Censo Agropecuário do IBGE de 2017. O principal resultado evidenciado é que a distribuição dessa prática é diferenciada entre os estados e o Distrito Federal. Goiás é o estado que mais se destaca, concentrando a maior porcentagem de estabelecimentos com rotação de culturas na região, totalizando 51,97%. Por outro lado, o Distrito Federal possui a menor proporção, representando apenas 0,84% do total de estabelecimentos que adotam essa prática na região Centro-Oeste.

A seguir, a Tabela 2 demonstra a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que desenvolvem práticas de recuperação ambiental, como a recuperação de mata ciliar e APP, distribuídos pelos estados da região Centro-Oeste.

4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os dados referentes às práticas socioambientais adotadas pela agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil, com base em informações do Censo Agropecuário do IBGE. Os resultados foram organizados a partir de indicadores não monetários que permitem compreender o grau de sustentabilidade das atividades agrícolas, considerando práticas de manejo do solo, uso de insumos, tecnologias produtivas e condições de infraestrutura disponíveis aos estabelecimentos familiares.

Inicialmente, destacam-se as Práticas Agroecológicas e Conservacionistas, as quais têm papel fundamental na preservação dos recursos naturais, na manutenção da fertilidade do solo e na redução de impactos ambientais. Entre essas práticas, a rotação de culturas é uma estratégia amplamente recomendada por órgãos técnicos e ambientais, pois contribui para o controle de pragas e doenças, melhora a estrutura do solo e promove maior equilíbrio ecológico nos sistemas produtivos. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que demonstra a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que realizam rotação de culturas nos estados da região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem rotação de culturas por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Número de Estabelecimentos	Porcentagem em relação ao total do Centro-Oeste
Goiás	36.634	51,97%
Mato Grosso	22.029	31,25%
Mato Grosso do Sul	11.236	15,94%
Distrito Federal	596	0,84%
Total	70.495	100%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A Tabela 1 apresenta dados sobre os estabelecimentos da agricultura familiar que realizam rotação de culturas na região Centro-Oeste, com base no Censo Agropecuário do IBGE de 2017. O principal resultado evidenciado é que a distribuição dessa prática é diferenciada entre os estados e o Distrito Federal. Goiás é o estado que mais se destaca, concentrando a maior porcentagem de estabelecimentos com rotação de culturas na região, totalizando 51,97%. Por outro lado, o Distrito Federal possui a menor proporção, representando apenas 0,84% do total de estabelecimentos que adotam essa prática na região Centro-Oeste.

A seguir, a Tabela 2 demonstra a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que desenvolvem práticas de recuperação ambiental, como a recuperação de mata ciliar e APP, distribuídos pelos estados da região Centro-Oeste.

Tabela 2 – Estabelecimentos da agricultura familiar com práticas de recuperação ambiental (mata ciliar e APP) por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Número de estabelecimentos (mata ciliar)	% em relação ao total do Centro-Oeste	Número de estabelecimentos (Isolamento de área)	% em relação ao total do Centro-Oeste	Número de estabelecimentos (Recuperação de nascentes)	% em relação ao total do Centro-Oeste
Goiás	6.002	49,34%	23.364	51,40%	2.502	51,20%
Mato Grosso	3.518	28,92%	14.544	32,00%	1.492	30,53%
Mato Grosso do Sul	2.378	19,55%	7.027	15,46%	863	17,66%
Distrito Federal	266	2,19%	520	1,14%	30	0,61%
Total	12.164	100%	45.455	100%	4.887	100%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A recuperação de áreas degradadas, especialmente por meio da recomposição de matas ciliares e Áreas de Preservação Permanente (APPs) é prática relevante dentro da perspectiva socioambiental, nesse quesito o estado de Goiás se destaca em todas as categorias de recuperação ambiental, concentrando a maior parte dos estabelecimentos com essas práticas na região.

A Tabela 3 apresenta a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam adubação verde nos estados da região Centro-Oeste, permitindo identificar o nível de adoção dessa prática na realidade regional.

Tabela 3 – Estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam adubação verde por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos com a adubação	Porcentagem
Goiás	225.437	25.567	11,34%
Mato Grosso	114.549	10.970	9,58%
Mato Grosso do Sul	71.939	6.612	9,19%
Distrito Federal	3.518	797	22,66%
Total	415.443	43.946	10,58%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A adubação verde é a técnica que consiste no cultivo de plantas com o objetivo de melhorar as condições físicas, químicas e biológicas do solo. Essa prática pode reduzir a dependência de fertilizantes químicos, favorecendo uma produção mais equilibrada e de menor impacto ambiental. De acordo com a Tabela 3, observa-se que Goiás segue sendo destaque tanto em total de estabelecimentos quanto nos estabelecimentos com adubação.

A tabela 4 apresenta a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que fazem o uso da adubação química da região Centro-Oeste, com destaque para o uso dessa prática na região.

Tabela 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar que utilizam adubação química por estado da região Centro-Oeste.

Unidade de federação	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos que fazem adubação química	Percentual sobre o Total
Goiás	129.800	7.253	5,59%
Mato Grosso	98.789	7.070	7,16%
Mato Grosso do Sul	56.402	3.136	5,56%
Distrito Federal	3.329	609	18,29%
Total	288.320	18.068	6,27%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A adubação química consiste na aplicação de fertilizantes minerais ou sintéticos, produzidos industrialmente, para fornecer as plantas ou nutrientes essenciais para seu crescimento pessoal e seu desenvolvimento. Na região Centro-Oeste, do total de 288.320 estabelecimentos da agricultura familiar, 18.068 (equivalente a 6,27%) fazem uso da adubação química, o Distrito Federal possui o maior percentual de uso em relação ao seu próprio total de estabelecimentos, com 18,29%.

A Tabela 5 apresenta a parte dos estabelecimentos que fazem o uso do calcário dentro da região Centro-Oeste, que demonstrando como essa prática é adotada em cada estado.

Tabela 5 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem o uso do calcário por estado da região Centro-Oeste.

Unidade de federação	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos que fazem uso de calcário	Percentual sobre o Total
Goiás	129.800	19.349	14,91%
Mato Grosso	98.789	18.069	18,29%
Mato Grosso do Sul	56.402	13.911	24,66%
Distrito Federal	3.329	1.135	34,10%
Total	288.320	52.464	18,20%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Ao analisar os dados, percebe-se que a calagem é uma ferramenta amplamente adotada pelos produtores para elevar a produtividade. A Tabela 5 detalha a distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar que adotam o uso de calcário na região Centro-Oeste, com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 mostrando que o Distrito

Federal apresenta o maior percentual de uso de calcário em relação ao seu total de estabelecimentos, atingindo 34,10%.

A Tabela 6 apresenta como o Censo Agropecuário de 2017 evidenciou um aumento geral no uso de agrotóxicos no Brasil. Embora o Centro-Oeste seja um grande polo agrícola, com uso intensivo desses produtos, os dados mostram que a prática está presente em um percentual considerável dos estabelecimentos da região.

Tabela 6 – Estabelecimentos da agricultura familiar que fazem o uso de agrotóxico por estado da região Centro-Oeste.

Unidade de federação	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos que fazem uso de agrotóxico	Percentual sobre o Total
Goiás	129.800	42.062	32,41%
Mato Grosso	98.789	36.326	36,77%
Mato Grosso do Sul	56.402	19.349	34,31%
Distrito Federal	3.329	1.155	34,69%
Total	288.320	98.892	34,30%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Em percentual, Mato Grosso lidera o uso de agrotóxicos entre os estabelecimentos da agricultura familiar na região, com 36,77% deles utilizando esses produtos. Tendo como conclusão de que o uso de agrotóxicos é uma prática disseminada na agricultura familiar do Centro-Oeste, com uma participação significativa dos estabelecimentos, reforçando a complexidade das dinâmicas agrícolas e ambientais na região.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a Tabela 7 demonstra a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que têm acesso à energia elétrica nos estados da região Centro-Oeste.

Tabela 7 – Estabelecimentos da agricultura familiar que contam com a Energia Elétrica por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Estabelecimentos com Energia Elétrica	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Percentual com Energia Elétrica
Goiás	129.539	158.330	81,82%
Mato Grosso	56.551	80.603	70,16%
Mato Grosso do Sul	36.311	49.375	73,54%
Distrito Federal	2.502	3.528	70,91%
Total Centro - Oeste	224.903	291.836	77,07%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A tabela mostra que, na região Centro-Oeste, 77,07% dos estabelecimentos da agricultura familiar tinham acesso à energia elétrica em 2017. Goiás apresentava a maior

proporção, com 81,82% de seus estabelecimentos familiares conectados, enquanto Mato Grosso e Distrito Federal registraram os menores percentuais de acesso.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a Tabela a seguir apresenta o número e o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que contavam com acesso à internet na região Centro-Oeste.

Tabela 8: Estabelecimentos da agricultura familiar com acesso à internet por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Estabelecimentos com Acesso à internet	Percentual com acesso à internet
Goiás	158.330	20.316	12,83%
Mato Grosso	80.603	8.878	11,01%
Mato Grosso do Sul	49.375	5.864	11,88%
Distrito Federal	3.528	622	17,63%
Total do Centro- Oeste	291.836	35.680	12,23%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A Tabela 8 demonstra que o acesso à internet na agricultura familiar do Centro-Oeste era de 12,23% em 2017. O Distrito Federal destacava-se com a maior taxa de acesso, atingindo 17,63%, enquanto Mato Grosso registrava a menor proporção.

Com base em uma busca nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a Tabela 9 a seguir apresenta o número e o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que contavam com tratores e maquinários por estado na região Centro-Oeste.

Tabela 9 – Estabelecimentos da agricultura familiar com tratores e maquinários por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Estabelecimentos com tratores e maquinários	Percentual de Estabelecimentos com tratores e maquinários
Goiás	158.330	9.475	5,98%
Mato Grosso	80.603	8.875	11,01%
Mato Grosso do Sul	49.375	5.385	10,91%
Distrito Federal	3.528	385	10,91%
Total do Centro- Oeste	291.836	24.120	8,26%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A tabela mostra que, em 2017, 8,26% dos estabelecimentos da agricultura familiar na região Centro-Oeste possuíam tratores e maquinários. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram os maiores percentuais de adoção dessa tecnologia, enquanto Goiás e o Distrito Federal tiveram proporções menores.

O Censo Agropecuário de 2017 do IBGE descreve acesso à assistência técnica no campo brasileiro de acordo com a Tabela 10.

Tabela 10 – Estabelecimentos da agricultura familiar que recebem assistência técnica por estado da região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Estabelecimento que recebem assistência técnica	Percentual que recebem assistência técnica
Mato Grosso do Sul	158.330	43.223	27,3%
Mato Grosso	80.603	81.635	98,73%
Goiás	49.375	95.684	51,60%
Distrito Federal	3.528	2.733	77,5%
Total	291.836	223.275	76,5%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

Os percentuais de Mato Grosso e Goiás indicam que o número de estabelecimentos que recebem assistência técnica é maior do que o total de estabelecimentos familiares listados na tabela. Isso pode ocorrer devido a arredondamento dos dados na fonte original, ou porque a assistência técnica pode ser contada para mais de um tipo de estabelecimento no censo.

A Tabela 11, extraída dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), oferece um panorama detalhado da ocupação de pessoal com laços de parentesco com o produtor nos estabelecimentos rurais brasileiros. Os dados apresentados nesta tabela estão segmentados para destacar a agricultura familiar, utilizando o recorte de estabelecimentos classificados nesta tipologia.

Tabela 11 - Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor em estabelecimentos da agricultura familiar na região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Total de Estabelecimentos com laços de parentesco	Percentual de estabelecimentos
Mato Grosso do Sul	158.330	43.179	27,3%
Mato Grosso	80.603	81.619	98,75%
Goiás	49.375	95.660	51,61%
Distrito Federal	3.528	2.733	77,5%
Total	291.836	223.191	76,5%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A Tabela 11 apresenta dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017 sobre a mão de obra com laços de parentesco com o produtor em estabelecimentos da agricultura familiar na região (aparentemente Centro-Oeste, baseando-me nos estados listados), Mato Grosso este estado apresenta o maior percentual, com 98,75% dos seus estabelecimentos utilizando mão de obra familiar, Mato Grosso do Sul em contrapartida, este estado registra o menor percentual, com apenas 27,3% dos estabelecimentos, enquanto os outros estados Goiás e Distrito Federal

também apresentam altos índices de uso de mão de obra familiar, com 51,61% e 77,5%, respectivamente.

Apresentam-se a seguir, na Tabela 12, os dados consolidados do Censo Agropecuário de 2017, com foco na Região Centro-Oeste do Brasil que revelam a distribuição e a relevância da presença feminina neste setor vital para a economia rural da região.

Tabela 12 - Estabelecimentos com Mulheres como responsável da agricultura familiar na região Centro-Oeste.

Estado	Total de Estabelecimentos da agricultura familiar	Total de Estabelecimentos com Mulheres como Responsáveis	Percentual de estabelecimentos
Mato Grosso do Sul	158.330	9.928	6,27%
Mato Grosso	80.603	14.972	18,58%
Goiás	49.375	15.677	31,75%
Distrito Federal	3.528	527	14,93%
Total	291.836	41.104	14,08%

Fonte: Eduardo (2025) com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017.

A Tabela 12 apresenta um panorama da participação feminina na agricultura familiar na Região Centro-Oeste em 2017. Os dados revelam que, do total de 291.836 estabelecimentos familiares na região, 41.104 tinham mulheres como responsáveis, o que representa uma média de 14,08%.

A presença feminina, embora ainda minoritária na gestão formal dos estabelecimentos conforme o Censo Agropecuário, reflete o protagonismo das mulheres no setor agropecuário brasileiro como um todo, que representavam cerca de 19% dos estabelecimentos a nível nacional em 2017.

Nossos dados sugerem que, na prática, a adesão as práticas de sustentabilidade na região Centro-Oeste ainda não acontecem em sua totalidade, o que pode comprometer os benefícios de "reduzir a pobreza rural, proteger o meio ambiente e promover a saúde" que a literatura aponta como inerentes a agricultura familiar sustentável (Jacobi, 2005; Lima, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como objetivo geral elaborar um balanço socioambiental da agricultura familiar na região Centro-Oeste do Brasil. A metodologia adotada foi descritiva, qualitativa e quantitativa, utilizando dados secundários e indicadores não monetários extraídos do Censo Agropecuário do IBGE de 2017. Os resultados obtidos permitiram traçar um panorama da sustentabilidade na região, evidenciando tanto avanços quanto desafios significativos. Um dos principais achados relaciona-se a baixa adoção de práticas conservacionistas, como adubação verde, utilizada por apenas 10,58% dos estabelecimentos de agricultura familiar em 2017.

A principal contribuição deste estudo reside na utilização dos dados secundários do IBGE para quantificar e especializar a adoção de práticas sustentáveis em nível regional. Contudo, a pesquisa limitou-se aos indicadores disponíveis no Censo 2017. Este fato aponta para a necessidade de estudos futuros que utilizem dados mais recentes ou aprofundem a análise qualitativa das barreiras que impedem a maior adoção de práticas como a adubação verde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável**. In: Almeida, J.; Zander, N. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. Part.1.p. 33-55.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Faces da sustentabilidade na agricultura familiar: o caso dos produtores de leite no Sul do Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 195-212, set./dez. 2016.

AQUINO, J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica Do Nordeste**, v. 51, p. 31–54, 2020. Disponível em: www.bnb.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXIV, n. 126, p. 11985, 1 jul. 1996.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 2, de 3 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXXII, n. 25, p. 1928, 4 fev. 1994.

BERGAMINI JUNIOR, S. Avaliação contábil do risco ambiental. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 301-328, dez. 2000.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável e perspectivas de futuro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

COSTA, C. G. A.; MARION, J. C. **Contabilidade rural gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Referência provável para o livro texto, frequentemente citado junto a Souza & Costa, 2012).

DIAS, M. C; PEREIRA, M. C. B.; DIAS, P. L. F.; VIRGÍLIO, J. F. **Manual de impactos ambientais**: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 297p.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001. (Esta é a referência para o livro original que introduziu o conceito de *Triple Bottom Line* - TBL).

FARONI, Walmer; SILVEIRA, Suely de Fátima R.; MAGALHÃES, Eduardo A.; MAGALHÃES, Elder M. A. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 7-23, 2010.

FARONI, W. et al. A Contabilidade Ambiental surgiu para novas necessidades. 2010. In: PROGENIO, E. T. et al. Análise sistemática sobre contabilidade ambiental: um estudo sobre os artigos científicos publicados entre os anos de 2010 a 2021. **Revista de Ciências Integradas** (UFMT), v. 4, n. 2, p. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic/article/view/15080/12605>. Acesso em: 13 dez. 2025.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003, 144p.

FINAPOP. Resultados de impacto FINAPOP 2023: a produção de arroz agroecológico. [S.l.]: FINAPOP, 2023. Disponível em: <https://finapop.com.br/wp-content/uploads/2023/12/ebook-resultados-de-impacto-finapop-2023>.

GEORGESCU-ROEGEN, N. A lei da entropia e o problema econômico. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1993. p. 119-141.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 239-260, jan./abr. 2005.

KROETZ, M. **O processo de certificação socioambiental das empresas.** Blumenau: Edifurb, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema da Recuperação Automática de Dados (SIDRA). **Censo Agropecuário 2017.** Brasília, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2017>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LARICCHIA, Camila Rolim; ADDOR, Felipe; OLIVEIRA FILHO, Ricardo Silveira de. O Estudo de Viabilidade Econômica, Técnica, Social e Ambiental e o fortalecimento da Coopaterra. In: ENCONTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (ENEDS), 12., 2015, Salvador. **Anais [...].** Salvador: XII ENEDS, 2015.

LIMA, E. F. de; SOUZA, A. L. A condição de Oferta de Produtos Orgânicos: O Caso da Associação de Produtores Orgânicos do Distrito Federal (ACO-DF). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPEC, 2003.

LIMA, Sérgio Tomáz de. **Introdução ao Conceito de Sustentabilidade Aplicabilidade e Limites.** UNIBRASIL – Faculdades Integradas do Brasil, 2008.

LIMA, R. A. M. **Contribuição tocantinense para a agricultura FAMILIAR.** São Paulo: Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2023.

MAIA, S. C.; NEVES, F. V.; MIRANDA, S. G. A importância da diversificação produtiva para a agricultura familiar. **Anais.** 51º Congresso Sober. 2013.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S.; PAGLIUCA, L. G. A agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa

Rica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 2, p. 387-399, 2013. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 13 dez. 2025.

MAY, P. H. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

MENDES, M. M. Agricultura familiar: políticas públicas e desenvolvimento sustentável no município de Taperoá-BA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2005.

Navarro, R. M. & Müller, E. T. C. **Um estudo sobre a contabilidade ambiental no setor madeireiro de Imbituva Estado do Paraná.** 15ª Convenção dos Contabilistas do Paraná - Edição nº 21. Curitiba, 2010.

NAVARRO, Z.; MULLER, F. Balanço social, uma ferramenta de gestão e informação. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, 19. Anais [...]. Goiânia, GO, 2010.

RIBEIRO, Maísa de Souza; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade e meio ambiente.** 1992.

RIBEIRO, M. S. (2006). **Contabilidade ambiental.** 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 220 p.

RIBEIRO, M. S.; LISBOA, L. P. Contabilidade e gestão ambiental. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 57-79, jun. 1999.

RIBEIRO, Maísa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, n.115. jan./fev. 1999.

SANTOS, K. V. L. et al. Integração da Agricultura Sustentável e Saberes Indígenas do Semiárido: alinhamento com Agenda 2030 da ONU. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 13, n. 3, p. 702–718, 2022.

SACHS, I. Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SARMENTO, M. B. Agronegócio na região da Campanha Gaúcha, RS.: ameaças e desafios. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 45599-45619, 2021.

SCHNEIDER, S.; MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. Introdução. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SOUZA, B. C. A.; COSTA, C. E. A. Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Contabilidade e Meio Ambiente**, 2. Anais [...]. São Paulo, 2012.

PEREIRA, A. M.; BAZOTTI, A. A produção da agricultura familiar e os efeitos dos programas de crédito rural. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 48. Anais [...]. Campo Grande, MS: SOBER, 2010. (Esta é uma referência provável do congresso onde o trabalho foi apresentado.)

PIRES, M. J. D. S. A dinâmica das estruturas da agricultura familiar na região Centro-Oeste: uma análise regional por meio de indicadores de localização e especialização. Brasília: IPEA, 2024. 52 p. (Texto para Discussão, n. 2991).

SITE SIDRA – IBGE 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>.

TRICHES, M. R. Dietas saudáveis e sustentáveis no âmbito do sistema alimentar no século XXI. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 881-894, jul./set. 2020.

Tinoco, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. (2011). **Contabilidade e gestão ambiental. 2ª edição**. São Paulo: Atlas.

UNDP. **United Nations Development Programme**. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VALLANI, A. R. R.; RIBEIRO, M. S. O conceito de sustentabilidade no contexto dos negócios. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 33. Anais [...]. São Paulo, 2009.